



TERMO DE REFERÊNCIA

Contratação de empresa especializada para execução de serviços de reforma de abrigos de ônibus existentes e fornecimento, com instalação, de novos abrigos de ônibus, destinados ao atendimento das necessidades do Município de Marau/RS.

Secretaria Municipal de Infraestrutura e Segurança Pública.

Marau, 08 de abril de 2026.



1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Da (s) Secretaria (s) Coordenadora (s): A Secretaria Municipal de Infraestrutura e Segurança Pública será a coordenadora e única participante desta contratação.

1.2. Da previsão da contratação no Plano Anual de Contratações: Os objetos da presente contratação encontram-se previstos no Plano Anual de Contratações (PAC) de 2026. Ademais, tratando-se de Registro de Preços, suas despesas serão suportadas pelas dotações orçamentárias indicadas a cada ordem de serviço e entrega emitidas.

1.3. A quantidade estimada é meramente indicativa, não existindo obrigatoriedade de contratação por parte do município.

2. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

2.1. Constitui objeto da presente licitação o Registro de Preços para futuras e eventuais *contratações de empresa especializada para execução de serviços de reforma de abrigos de ônibus existentes e para fornecimento, com instalação, de novos abrigos de ônibus, destinados ao atendimento das necessidades do Município de Marau/RS.*

2.2. O quadro abaixo apresenta os itens e quantidades previstas para contratação no período de **12 (doze) meses**, ressaltando que não há a obrigatoriedade por parte da Administração em adquirir o quantitativo informado, constituindo uma mera estimativa.

Item	Código	Descrição do Produto/Serviço	Un	Qtd.
1	011.006.039	Reforma de parada de ônibus	UN	30
2	003.009.138	Abrigo para parada de ônibus em metal, com banco, nas dimensões de 1,90 de profundidade x 3,00 de comprimento x 2,20 de altura - conforme projeto	UN	30

2.3. Da classificação/natureza do objeto: O objeto desta contratação se enquadra na descrição de bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, conforme disposto no art. 6º, inciso XIII da Lei 14.133/2021.

2.4. Do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços: O prazo de vigência da contratação



é de **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/21.

2.4.1. A prorrogação desta ata de registros de preços está condicionada a:

2.4.1.1. Apresentação de relatório favorável do fiscal responsável, com ateste pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem economicamente vantajosos para a Administração.

2.4.1.2. Manifestação expressa do interesse da contratada na prorrogação e a comprovação de que mantém todas as condições de habilitação e qualificação, nos termos do art. 92, XVI da Lei nº 14.133/2021.

2.4.2. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original, devendo o ato de prorrogação da vigência da ata indicar, expressamente, o quantitativo renovado.

2.4.3. Caso haja formalização de contrato decorrente da Ata de Registro de Preços, sua vigência será definida no respectivo instrumento contratual, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO E DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A mobilidade urbana configura-se como elemento essencial à garantia da prestação adequada de serviços públicos, sendo o transporte coletivo um dos principais meios de deslocamento da população, especialmente para os cidadãos que dependem exclusivamente desse serviço para o desempenho de suas atividades diárias. Nesse contexto, as paradas de ônibus, também denominadas pontos ou abrigos de ônibus, constituem infraestrutura indispensável ao funcionamento do sistema de transporte público municipal, estabelecendo a interface direta entre o serviço prestado e seus usuários.

No âmbito da atuação administrativa, incumbe ao Município assegurar que a infraestrutura de apoio ao transporte coletivo se mantenha em condições adequadas de uso, conservação, acessibilidade e segurança, de modo a atender aos princípios da eficiência, da continuidade do serviço público e do interesse coletivo. As paradas de ônibus, enquanto bens públicos de uso comum, demandam ações contínuas de manutenção, recuperação e adequação, bem como a ampliação da rede existente, em razão da evolução das demandas urbanas.

A Secretaria Municipal de Infraestrutura e Segurança Pública identifica, de forma recorrente, a necessidade de intervenções relacionadas à infraestrutura das paradas de ônibus, em razão de diversos fatores, dentre os quais se destacam:



- *Desgaste natural das estruturas ao longo do tempo;*
- *Ocorrência de danos decorrentes de vandalismo;*
- *Acidentes de trânsito envolvendo colisões com os abrigos;*
- *Exposição contínua a intempéries, como chuvas intensas, ventos fortes e granizo;*
- *Uso intensivo em locais de maior fluxo de passageiros.*

Tais fatores contribuem para a deterioração progressiva das estruturas, comprometendo sua funcionalidade, segurança e conforto, além de gerar riscos aos usuários e prejuízos à qualidade do serviço público prestado.

Adicionalmente, verifica-se que parte dos abrigos atualmente existentes apresenta condições inadequadas de conservação ou não atende plenamente aos padrões contemporâneos de qualidade, acessibilidade e segurança, evidenciando a necessidade de intervenções que visem restabelecer condições adequadas de uso.

Paralelamente, o crescimento urbano e a expansão de áreas habitadas no Município têm gerado a formação de novos pontos de parada de transporte coletivo, muitos dos quais ainda desprovidos de infraestrutura mínima. A ausência de abrigos nesses locais expõe os usuários a condições climáticas adversas, insegurança e desconforto, impactando negativamente a experiência do usuário e a efetividade do transporte coletivo.

Ressalta-se, ainda, que as demandas relacionadas às paradas de ônibus apresentam caráter parcialmente imprevisível, especialmente no que se refere a danos decorrentes de fatores externos, o que exige da Administração Pública capacidade de resposta célere para restabelecimento das condições adequadas de uso.

Importa destacar que, até o exercício anterior, o Município dispunha de instrumento contratual vigente, oriundo do **Pregão Eletrônico nº 38/2024 – Registro de Preços nº 24/2024**, que possibilitou o atendimento das demandas relacionadas *à manutenção e à ampliação da infraestrutura de paradas de ônibus*. Contudo, com o encerramento de sua vigência, o Município encontra-se, no presente momento, sem cobertura contratual apta a atender às demandas atuais e futuras.

Diante desse cenário, evidencia-se a necessidade de planejamento de ações que assegurem a adequada manutenção e disponibilidade da infraestrutura de apoio ao transporte coletivo, de modo a evitar a descontinuidade dos atendimentos, o agravamento das estruturas existentes e



prejuízos à população usuária.

Dessa forma, o presente Termo de Referência (TR) resulta da decisão encontrada pela Administração para atendimento da necessidade exposta, garantindo a regularidade, eficiência e continuidade na manutenção e desenvolvimento da infraestrutura municipal, em observância à segurança e ao interesse público.

4. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

Tendo em vista o Estudo Técnico Preliminar (ETP), o presente Termo de Referência (TR) resulta da solução que melhor atende às necessidades da Administração, sendo a publicação de processo licitatório para *Contratação de empresa especializada para execução de serviços de reforma de abrigos de ônibus existentes e fornecimento, com instalação, de novos abrigos de ônibus, destinados ao atendimento das necessidades do Município de Marau/RS.*

A Contratação será reestruturada de forma a contemplar dois itens distintos, quais sejam:

- a) Execução de serviços de reforma em abrigos de ônibus já existentes.*
- b) Fornecimento e instalação de abrigos de ônibus novos;*

Considerando a natureza dos bens e serviços a serem contratados, bem como, a existência de ampla competitividade no mercado, a contratação será realizada por meio de Pregão Eletrônico, com critério de julgamento pelo menor preço por item, em conformidade com os princípios da economicidade, eficiência e transparência previstos na Lei nº 14.133/2021.

Ainda, levando em consideração a experiência anterior do Município com o **Pregão Eletrônico nº 38/2024 – Registro de Preços nº 24/2024**, bem como, os custos estimados levantados por meio da análise de mercado e conforme o disposto no artigo 40, inciso II da Lei 14.133/2021, entendemos que a melhor solução para atender à necessidade é a utilização do sistema de registro de preços. Dessa forma, a Administração terá discricionariedade para agir conforme suas necessidades, podendo flexibilizar suas despesas de acordo com os recursos disponíveis. Além disso, existe a possibilidade de contratações parceladas conforme a necessidade evidenciada, não havendo compromisso de adquirir todo o quantitativo de uma única vez.

Outro fator que reforça a escolha, é que o fato de adoção do sistema de Registro de Preços evita a necessidade de licitar sempre que surgir a demanda pelos serviços e materiais aqui listados, demonstrando a obediência aos princípios da eficiência e economicidade, além da



prerrogativa de possível renovação da ata de registro de preços.

Quanto ao prazo de vigência da ata de registro de preços seguirá o disposto no artigo 84 da lei 14.133/2021 e terá vigência de 12 meses podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

Ademais, no ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços, poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original, devendo o ato de prorrogação da vigência da ata indicar, expressamente, o quantitativo renovado.

A renovação dos quantitativos registrados, desde que comprovada a vantajosidade, oferece à Administração maior flexibilidade e agilidade no atendimento de demandas que se estendam por períodos superiores a 12 (doze) meses. Essa medida promove a economicidade e a eficiência administrativa ao reduzir custos operacionais, evitando a realização de novos processos licitatórios com a mesma finalidade.

Ademais, destaca-se que os abrigos de ônibus possuem projetos padronizados, devidamente elaborados pelo Setor de Engenharia do Município, os quais definem dimensões e especificações técnicas e encontram-se anexos ao presente Termo de Referência.

5. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Documentos relativos à habilitação

5.1.1. O Licitante deverá apresentar documentação conforme o disposto no **Item 11.5.** deste Termo de Referência.

5.2. Da subcontratação

5.2.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5.3 Dos critérios de sustentabilidade Ambiental

5.3.1. Para garantir o menor nível possível de impacto ambiental na execução dos serviços de fornecimento e instalação de abrigos de ônibus, bem como na reforma das estruturas existentes, é fundamental que as empresas contratadas adotem práticas adequadas de gestão e controle ambiental.

As atividades relacionadas à instalação e reforma dos abrigos envolvem o uso de materiais como metais, tintas e outros insumos, além da utilização de equipamentos e ferramentas. Nesse contexto, recomenda-se a adoção de medidas voltadas à utilização eficiente desses



recursos, evitando desperdícios e reduzindo impactos ambientais decorrentes da execução dos serviços.

Além disso, as intervenções poderão gerar resíduos como restos de materiais de construção, estruturas metálicas danificadas, embalagens e demais insumos utilizados. Dessa forma, torna-se indispensável que a empresa contratada adote práticas adequadas de gerenciamento de resíduos, incluindo a segregação, acondicionamento e destinação final ambientalmente adequada, em conformidade com a legislação vigente.

Tais medidas visam mitigar os impactos ambientais decorrentes da execução contratual, promovendo maior sustentabilidade nas atividades desenvolvidas e assegurando a conformidade com as boas práticas ambientais e a legislação aplicável.

5.4. Da garantia dos serviços executados e dos bens fornecidos

5.4.1. A Contratada obriga-se a garantir a perfeita execução do objeto contratual, respondendo integralmente pela qualidade, segurança, solidez e durabilidade dos serviços executados e dos abrigos fornecidos e instalados. A garantia deverá ser prestada pelo prazo mínimo de **06 (seis) meses**, contados a partir do recebimento definitivo de cada item, conforme condições estabelecidas neste Termo de Referência e no Edital, sem prejuízo das garantias legais aplicáveis.

5.4.2. Para o Item 1 (Código 011.006.039), a garantia abrange todos os serviços executados, bem como os materiais empregados, devendo a Contratada, dentro do prazo de garantia, corrigir, às suas expensas, quaisquer defeitos, falhas construtivas ou vícios decorrentes da execução.

5.4.3. Para o Item 2 (Código 003.009.138), a garantia abrange a estrutura fornecida e a instalação realizada, devendo a Contratada, dentro do prazo de garantia, reparar ou substituir, às suas expensas, qualquer componente que apresente defeito de fabricação, falha de instalação ou vício de material.

5.4.4. Durante o período de garantia, a Contratada deverá atender às solicitações da Contratante no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, contados do recebimento da notificação, promovendo a devida correção.

5.4.5. A aceitação definitiva do objeto não exime a Contratada de suas responsabilidades legais e contratuais, especialmente quanto à existência de vícios ocultos ou defeitos que venham a comprometer a funcionalidade, a segurança ou a durabilidade das estruturas.

5.4.6. A garantia não abrange danos decorrentes de:

a) Atos de vandalismo ou uso inadequado por terceiros;

b) Desgaste natural dos materiais, observado o uso regular, compatível com a vida útil dos



componentes;

c) Acidentes ou intervenções externas alheias à execução do objeto;

d) Casos fortuitos ou de força maior.

5.4.6.1. Caberá à Contratada o ônus de comprovar, mediante justificativa técnica, que o defeito decorre de alguma das hipóteses de exclusão de garantia.

6. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Das condições de execução

6.1.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

6.1.2. Após o prazo de **05 (cinco) dias consecutivos**, contados da assinatura da Ata de Registro de Preços, a Contratada deverá estar **apta a receber as ordens de serviço e/ou fornecimento**, observadas as condições e prazos estabelecidos neste Termo de Referência.

6.1.3. Fica assegurado ao Município o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados e/ou bens fornecidos, que estejam em desacordo com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência e no Edital. Neste caso, a Contratada ficará obrigada a corrigir as irregularidades, no prazo máximo de **03 (três) dias consecutivos**, contados da comunicação da Secretaria Municipal solicitante ou do Fiscal do Contrato, sem custo adicional para o Município.

6.1.4. No caso de descumprimento dos prazos determinados para a fiel execução do objeto desta contratação, poderão ser aplicadas as sanções e penalidades previstas no Edital.

6.1.5. A Contratada caberá indenizar terceiros e ao Contratante quanto aos possíveis danos decorrentes de dolo ou culpa ocorridos durante a prestação dos serviços, em conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

6.1.6. A Licitante deverá manter, durante todo o prazo de vigência contratual, todas as condições de habilitação e qualificação compatíveis com as obrigações assumidas nesta Licitação.

6.2. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FORNECIMENTOS

6.2.1. A execução dos serviços e o fornecimento dos abrigos de ônibus deverão ocorrer em conformidade com as disposições deste Termo de Referência, do Edital e do Projeto anexo, sendo de responsabilidade da Contratada o fornecimento de todos os materiais, insumos, equipamentos, ferramentas e mão de obra necessários à perfeita execução do objeto.

6.2.2. Os serviços e fornecimentos serão solicitados de forma parcelada, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, conforme a necessidade da Administração e disponibilidade orçamentária, não havendo obrigatoriedade de contratação da totalidade dos quantitativos registrados.



6.2.3. O prazo para execução dos serviços e para o fornecimento com a devida instalação dos abrigos será de, no máximo, **25 (vinte e cinco) dias consecutivos**, contados do recebimento da respectiva ordem de serviço ou de fornecimento emitida pela Secretaria Solicitante.

6.2.3.1. Eventual prorrogação de prazo deverá ser solicitada pela Contratada, de forma motivada e por escrito, durante a vigência do prazo original, ficando sua concessão sujeita à análise e aprovação por parte dos responsáveis da Secretaria Solicitante.

6.2.4. Para o Item 1 – Reforma de Abrigos de Ônibus (Código 011.006.039):

6.2.4.1. A Contratada será responsável pela execução integral dos serviços de reforma dos abrigos existentes, incluindo retirada, transporte, recuperação, fixação e reinstalação, conforme orientações da Contratante.

6.2.4.2. Os abrigos reformados deverão atender integralmente ao padrão definido para os abrigos novos, observando dimensões, materiais, pintura, acabamento e demais especificações constantes no Projeto anexo ao Termo de Referência.

6.2.5. Para o Item 2 - Fornecimento e Instalação de Abrigos de Ônibus (Código 003.009.138):

6.2.5.1. A Contratada será responsável pela fabricação, fornecimento e instalação dos abrigos de ônibus, conforme modelo e especificações constantes no Projeto anexo.

6.2.5.2. O fornecimento compreende todas as etapas necessárias à plena instalação, incluindo transporte, posicionamento e fixação dos abrigos nos locais indicados, garantindo estabilidade, segurança estrutural e adequada funcionalidade.

6.3. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.3.1. Executar os serviços e fornecimentos em conformidade com o presente Termo de Referência, Edital e Projeto anexo.

6.3.2. Contar com todos os recursos necessários à execução do objeto, incluindo materiais, equipamentos, ferramentas, insumos e mão de obra qualificada.

6.3.3. Observar integralmente as especificações técnicas, dimensões e padrões estabelecidos no Projeto dos abrigos.

6.3.4. Assumir integral responsabilidade por todas as etapas da execução, incluindo retirada, transporte, entrega e instalação dos abrigos, bem como pelos riscos inerentes às atividades.

6.3.5. Responder por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros durante a execução do objeto.

6.3.6. Os valores propostos pela Contratada serão considerados completos e suficientes para a execução integral do objeto contratual, sendo desconsideradas quaisquer reivindicações de pagamentos adicionais.

6.3.7. A Contratada deverá entregar os locais em perfeitas condições de limpeza, organização e uso, promovendo a retirada e destinação final de todos os entulhos, resíduos e materiais



remanescentes, sem qualquer ônus adicional para o Município.

6.3.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o presente Termo de Referência e o Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como, de dispor dos equipamentos, ferramentas e materiais em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, exonerando-se integralmente o Município.

6.3.9. A Contratada é responsável por fornecer mão de obra qualificada para desempenhar todas as atividades relacionadas ao objeto descrito neste Termo de Referência. Todos os custos associados à mão de obra, incluindo alimentação, hospedagem, transporte e deslocamento serão de responsabilidade da Contratada. Além disso, a empresa contratada será responsável pela segurança e integridade de seus funcionários durante toda a execução do contrato, exonerando-se integralmente o Município.

6.3.10. Todos os encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários e sociais, em relação ao quadro de pessoal que executará os objetos ora contratados, serão da exclusiva responsabilidade da Contratada, assim como a responsabilidade civil e penal sobre eventuais danos e indenizações de qualquer espécie, que os mesmos vierem a dar causa, exonerando-se integralmente o Município.

6.3.11. A Contratada deverá cumprir e fazer cumprir todas as normas regulamentares sobre Medicina e Segurança do Trabalho, responsabilizando-se pelo fornecimento dos equipamentos de proteção individual (EPI) e coletivo, de uso obrigatório, bem como, pela fiscalização do uso adequado desses equipamentos pelos seus empregados durante a execução dos serviços.

7. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

7.1. A estimativa de despesa foi realizada levando-se em consideração o disposto no Art. 6, inciso XXIII, alínea “i”, porém, na presente contratação, optou-se por orçamento sigiloso, conforme o Art. 24 e seus incisos da Lei nº 14.133/2021, visando a economicidade para o Município, uma vez que a não divulgação do orçamento tem por objetivo, evitar que as propostas/lances gravitem em torno do orçamento fixado pela administração. Desta forma, o licitante oferecerá valores realmente competitivos e dentro do limite de executar a contratação, com uma lucratividade adequada. Através da utilização do orçamento sigiloso foi possível constatar, nos processos já realizados, uma economicidade para o Município.

8. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

8.1. Das orientações gerais da fiscalização

8.1.1. O Contrato/Ata de Registro deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as disposições contidas no Edital e todos os anexos fornecidos junto



ao mesmo, observadas as normas contidas na Lei n.º 14.133/21, neste ponto, especialmente quanto a fiscalização da execução contratual.

8.2. Dos responsáveis pela fiscalização

8.2.1. A execução do objeto deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is), conforme portaria vigente ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 117, caput, da Lei n.º 14.133/21:

Gestor do contrato: Nelci Silvestri;

Fiscal administrativo: o fiscal será designado de acordo com a Portaria vigente, no momento da elaboração do contrato administrativo ou documento equivalente.

Fiscal administrativo suplente: o fiscal suplente será designado de acordo com a Portaria vigente, no momento da elaboração do contrato administrativo ou documento equivalente.

8.2.2. O(s) fiscal(is) informará (ão) a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência, nos termos do art. 117, § 2.º, da Lei n.º 14.133/21.

8.2.3. O e-mail indicado, qual seja, será o principal meio de comunicação entre o fiscal do contrato e o responsável da empresa. Sendo que, através dele, serão realizadas solicitações necessárias, e, até mesmo, o envio de documentos. Assim, considerar-se-á ciente a empresa quando as solicitações forem enviadas para o endereço eletrônico informado.

9. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

9.1. O recebimento do objeto será realizado pelo Fiscal do Contrato, nos termos do artigo 140, inciso I, alíneas “a” e “b”, da Lei nº 14.133/2021, da seguinte forma:

a) Provisoriamente, mediante verificação inicial, para efeito de conferência da conformidade dos serviços executados e/ou bens fornecidos com as especificações constantes neste Termo de Referência, Edital e Projeto;

b) Definitivamente, após a verificação da qualidade, quantidade e conformidade do objeto, no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos contados do recebimento provisório, mediante aceitação formal;

c) Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, o fiscal informará ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis.

9.2. O recebimento do objeto pelo Município não exclui a responsabilidade civil da Contratada por vícios de quantidade ou qualidade dos serviços executados e/ou bens fornecidos verificados posteriormente, garantindo-se à Administração as prerrogativas previstas nos artigos 18 e 19 da Lei nº 8.078/1990.



10. DOS CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

10.1. O pagamento será efetuado com base no (s) preço (s) unitário (s), multiplicado (s) pela quantidade efetivamente executada e comprovada.

10.2. O pagamento será efetuado em até 10 dias úteis após a execução dos serviços e/ou fornecimento, a contar do recebimento e aprovação da fatura, pelo servidor responsável pela fiscalização do contrato e pelo Secretário Municipal solicitante.

10.3. O licitante deverá obrigatoriamente informar nas Notas Fiscais de fatura, em local de fácil visualização, a identificação do presente Pregão Eletrônico, a fim de acelerar o trâmite de recebimento dos materiais e/ou serviços e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

10.4. O licitante vencedor deverá emitir nota fiscal/fatura em moeda corrente do país e com a mesma razão social e o mesmo CNPJ apresentados no procedimento licitatório. A nota fiscal/fatura somente será liberada para pagamento quando a entrega e/ou execução do objeto for feita em total conformidade com as especificações exigidas pelo Município.

10.5. Para o efetivo pagamento, as notas fiscais deverão estar acompanhadas dos seguintes documentos:

- a)** Certidão Negativa de Tributos Federais, Estaduais e Municipais.
- b)** Certificado de Regularidade perante o FGTS.
- c)** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

10.5.1. Conforme legislação vigente, é assegurado ao município o direito de efetuar retenções tributárias, incluindo INSS, ISSQN e Imposto de Renda, este último conforme a Instrução Normativa RFB nº 1234/2012 e Decreto Municipal nº 5.823/2021.

10.6. Para fins de pagamento, o licitante vencedor deverá, no momento da entrega da nota fiscal/fatura, informar e manter atualizado, junto à tesouraria do Município, o banco, o nº da agência e o nº da conta na qual será realizado o depósito correspondente. A referida conta deverá estar em nome da pessoa jurídica, ou seja, da empresa licitante.

10.7. O valor devido ao licitante vencedor, não sendo pago no prazo estabelecido, e desde que o atraso decorra de responsabilidade do Município, será corrigido segundo a variação do INPC, acumulado no período que mediar entre a data prevista para pagamento e a data do efetivo pagamento.



10.8. Nenhum pagamento será efetuado ao licitante vencedor enquanto pendentes de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

10.9. O pagamento ao licitante, pela execução dos serviços e fornecimentos, ficará condicionado ao cumprimento das exigências dos parágrafos anteriores, o qual será afirmado mediante termo de verificação emitido pela Secretaria solicitante ou pelo fiscal do contrato.

10.10. O licitante deverá emitir documento fiscal em conformidade com a legislação tributária, sob pena de devolução para que haja o acerto do faturamento.

10.11. Na hipótese de existência de erros na nota fiscal de cobrança e/ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento será interrompido e ficará pendente até que o licitante adote as medidas saneadoras, voltando a correr na sua íntegra após o licitante ter solucionado o problema, seguindo a legislação vigente quanto à ordem cronológica de pagamentos do Município.

10.12. A retenção do tributo de que trata a Instrução Normativa RFB n.º 1.234/2012 não será efetuada caso o licitante apresente, na entrega da nota fiscal de pagamento, declaração de que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional, conforme exigido no inciso XI do artigo 4º e modelo constante no anexo IV da IN n.º 1.234/2012, devendo ser atualizada anualmente pelo licitante.

10.13. Enquanto o Município não possuir convênio firmado com a Receita Federal do Brasil nos termos da portaria SRF n.º 1.454/2004 referente à retenção dos tributos disciplinados no artigo 1º da IN SRF n.º 475/2004, as notas fiscais não devem ser faturadas com a retenção de PIS, COFINS e CSLL.

11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

11.1. Da forma de seleção e critério de julgamento da proposta

11.1.1. O licitante será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade **Pregão**, com sistema de **Registro de Preço**, sob a forma **eletrônica**, com adoção do critério de julgamento pelo **menor preço por item**.



11.2. Das exigências da habilitação

11.2.1. Para fins de habilitação o licitante deverá apresentar a documentação constante no item “da habilitação” do Edital, nos termos do artigo 62 da Lei 14.133/2021, e, no caso da presente contratação, os documentos informados abaixo.

11.3. Documentos relativos à habilitação jurídica:

11.3.1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. A apresentação do contrato social consolidado, devidamente registrado na Junta Comercial, substitui a apresentação das alterações;

11.3.2. Certificado da condição de Microempreendedor individual – CCMEI, em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI;

11.3.3. Registro comercial, no caso de empresa individual;

11.3.4. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

11.3.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

11.3.6. Certidão da junta comercial, para as empresas declaradas beneficiárias da Lei Complementar nº 123/2006, para fins de comprovação da condição de ME ou EPP pelo empresário ou pela sociedade, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias anteriores à data prevista para o recebimento da documentação da habilitação e da proposta.

11.4. Documentos relativos à habilitação fiscal, social e trabalhista:

11.4.1. Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), em se tratando de pessoa jurídica;

11.4.2. Prova de Inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

11.4.3. Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal da sede do licitante;

11.4.4. Certificado de Regularidade de Situação (FGTS-CRF) perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

11.4.5. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).



11.5. Documentos relativos à habilitação técnica:

11.5.1. Atestado da capacidade da empresa, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, **de que executou**, satisfatoriamente, objeto compatível em características com o ora licitado.

11.5.3. As Certidões ou Atestados poderão ser objetos de diligência, a qualquer momento, por parte do Pregoeiro e da Comissão de Apoio, junto à Pessoa Jurídica que o forneceu, inclusive com a solicitação da comprovação, mediante cópias autenticadas dos contratos que lhe deram origem e visita às Pessoas Jurídicas que os expediram.

11.6. Documentos relativos à qualificação econômica:

11.6.1. Certidão negativa de matéria falimentar, expedida pelo distribuidor da sede do licitante ou Certidão Judicial Cível Negativa, da Justiça Estadual, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias anteriores à data prevista para o recebimento da documentação da habilitação e da proposta.

11.6.2. É admitida a participação de empresas em recuperação judicial, desde que apresente comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do artigo 58 da Lei nº 11.101/2005.

11.7. Outros documentos de habilitação (declarações):

11.7.1. As declarações solicitadas neste item deverão ser emitidas pelo licitante, com indicação do número de inscrição no CNPJ, e **assinadas digitalmente**, pelo representante legal (onde deverá constar de forma expressa esta condição). O Anexo IV do Edital possui modelos das declarações solicitadas nesta licitação.

11.7.2. Declaração de Pleno Conhecimento do Edital e seus Anexos e, conseqüentemente, do objeto a ser executado e, ainda, que se sujeita a todas as condições estabelecidas;

11.7.3. Declaração de Idoneidade, de que não incorre em qualquer das condições impeditivas, especificando:

- a) não está declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- b) não está impedido de licitar e contratar com o Município de Marau;
- c) que não incorre nas demais condições impeditivas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, bem como no artigo 2º da Lei Municipal nº 5.188/16.

11.7.4. Declaração de Atendimento à Norma do Inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, que proíbe trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres aos menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

11.7.5. Declaração de que o licitante atende ao disposto no art. 63, IV da Lei nº 14.133/2021, cumprindo a exigência de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.



11.8. Da habilitação de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), nos termos da Lei Complementar nº 123/2006.

11.8.1. O licitante que, se enquadra nos benefícios concedidos pela **Lei Complementar nº 123/2006 (ME/EPP)**, deverá apresentar a certidão constante no item 11.3.6. deste Termo de Referência.

11.8.1.1. Caso o licitante tenha se declarado ME ou EPP e não comprove tal condição na forma disposta no item 11.3.6 do Termo de Referência, será declarado **inabilitado**.

11.8.2. As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação nesta licitação, deverão enviar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

a) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

b) A não-regularização da documentação no prazo previsto na alínea “a” deste subitem, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

11.8.3. O licitante que se enquadra nos benefícios concedido pela Lei Complementar nº 123/2006, nos termos do art. 4º, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, não poderá ter celebrado, no ano-calendário da realização do Pregão, contratos com a Administração Pública cujos valores, somados, ultrapassem o limite de R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), condição necessária para a fruição do tratamento diferenciado assegurado às microempresas e empresas de pequeno porte.

11.8.3.1. A veracidade da declaração de que trata o subitem anterior poderá ser verificada a qualquer tempo pela Administração, mediante consulta aos sistemas oficiais de controle de contratações públicas, sem prejuízo da solicitação de documentos complementares.

11.9. Os documentos de habilitação apresentados deverão estar no nome (razão social) e CNPJ do licitante. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.



11.10. Todos os documentos exigidos para habilitação deverão estar em plena validade na data em que o licitante os enviar via sistema, após a convocação do Pregoeiro. Caso o órgão emissor não declare a validade do documento, essa será de 90 (noventa) dias contados a partir da data de emissão, exceto atestados de capacidade técnica e o comprovante de inscrição no CNPJ.

11.11. Todos os documentos integrantes da proposta, da habilitação e das demais declarações exigidas neste edital deverão ser apresentados com assinatura eletrônica do representante legal ou procurador da licitante, em conformidade com a Lei Federal nº 14.063/2020.

11.11.1. As assinaturas eletrônicas deverão observar os padrões de segurança previstos na legislação vigente, sendo admitidas as seguintes modalidades:

11.11.2. Assinatura eletrônica avançada: aquela realizada por meio de plataforma eletrônica que permita a identificação inequívoca do signatário e assegure a vinculação da assinatura ao documento, desde que observados os níveis de confiabilidade exigidos pela legislação aplicável;

11.11.3. Assinatura eletrônica qualificada: aquela realizada mediante uso de certificado digital emitido por autoridade certificadora credenciada na Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

11.11.4. Não será admitida a apresentação de documentos meramente digitalizados (escaneados) contendo assinaturas manuscritas, sem a correspondente certificação eletrônica apta a comprovar a autoria, a integridade e, quando exigível, a autenticidade do documento.

11.11.5. A validade e a autenticidade das assinaturas eletrônicas poderão ser verificadas pela Administração por meio de ferramentas oficiais de conferência, sistemas próprios de validação ou mecanismos disponibilizados pela plataforma utilizada para aposição da assinatura.

11.11.6. Compete exclusivamente à licitante assegurar que os documentos encaminhados possibilitem a verificação da validade das assinaturas eletrônicas, bem como a preservação dos elementos de autenticidade e integridade do arquivo eletrônico.

11.12. Serão aceitos documentos assinados eletronicamente, nos termos do art. 4º da Lei Federal nº 14.063/2020.

11.13. Documento original (não digital) somente será exigido pela Administração, quando houver fundada dúvida em relação à integridade do documento digital.

11.14. Nos casos de apresentação de documento falso, o licitante estará sujeito à tipificação nos crimes de falsidade, previstos nos artigos 297 e 298 do Código Penal Brasileiro, nos



crimes previstos nos arts. 337-F e 337-I do Capítulo II-B, do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas no presente Edital.

12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas e custeio do objeto desta contratação, serão subsidiadas com recursos consignados na Dotação Orçamentária indicada pela Secretaria Municipal solicitante.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 Esclarecimentos referentes ao objeto desta contratação, poderão ser solicitados para o Setor de Licitações, através do telefone (54) 3342-9520, e pelo e-mail licitacoes@marau.rs.gov.br ou para as Secretarias participantes no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h às 17h, de segunda a sexta-feira, em dias úteis.

Marau, 08 de abril de 2026.

Responsável Compras
Secretaria Municipal de Infraestrutura e Segurança Pública.